

**LEIA AINDA
NESTA EDIÇÃO**

As reclamações
dos segurados
terceirizados

*
Novas propostas para
o Acordo Interno
dos funcionários

ACORDO INTERNO

Reitoria propõe limitação para bolsas docentes

Em reunião com a APROPUC realizada na segunda-feira, 8/5, a direção da universidade apresentou sua proposta para as bolsas de estudo dos professores e de seus dependentes legais.

Pelo acordo denunciado em 17/4, os professores com 30 horas ou mais e seus dependentes legais não teriam limitação para a utilização do benefício, tanto na graduação e pós como na Cogeae. Pela nova proposta, fica assegurada a gratuidade para a capacitação do professor, mas seus de-

pendentes legais terão direito a duas bolsas para graduação e pós. A terceira bolsa concomitante terá somente um desconto de 50%. Já para a Cogeae, os dependentes terão somente desconto de 50%.

Segundo o professor Guilherme Simões, a política de bolsas da PUC premiará a dedicação do professor à universidade e se baseará também em critérios acadêmicos. Já para a professora Priscilla Cornalbas, presidente da APROPUC, a proposta avança muito pouco em relação à Con-

venção Coletiva do Sinpro-SP.

No item licença-saúde, a proposta da Reitoria reduz de 14 para seis meses o período em que a universidade complementará o salário do docente afastado por razões médicas.

A APROPUC solicitou a apresentação de dados para que tanto o número de bolsas como a licença saúde possam ser melhor compreendidas. A próxima reunião discutirá a questão da estabilidade dos professores e o Adicional por Tempo de Serviço.

Primeiras propostas de Acordo Interno para os docentes

Acordo atual

Convenção Sinpro-SP

Nova Proposta

Gratuidade

Gratuidade plena na graduação, pós e Cogeae para professores com mais de 30h e seus dependentes legais. Abaixo disso, 2 bolsas integrais para o titular e seus dependentes legais.

Duas bolsas para o titular e seus dependentes legais em cursos de graduação, pós e sequenciais.

Para professores abaixo de 30h, vale a Convenção. Com 30h ou mais, gratuidade para o professor na capacitação docente e nos cursos da Cogeae. Para os dependentes, duas bolsas concomitantes, e desconto de 50% na Cogeae.

Licença-
médica

Suplementação Salarial por um período de 14 meses.

Cláusula não prevista

Suplementação salarial por um período de 6 meses.

Ratos ou pombas?

Nos últimos dias, em reuniões acadêmicas em diversas instâncias e conversas rápidas com professores, fiquei intrigado com algumas frases, informações e opiniões sobre o nosso cotidiano. Pode ser que eu esteja ainda muito sensibilizado com os acontecimentos do ano ou em estado de alerta exagerado, pois o conjunto das mensagens deu a estranha sensação de sinal de outros tempos.

Sinto a necessidade e o dever de escrever sobre isso, mesmo que numa forma sucinta, por falta de espaço, mas fiel ao conteúdo. Assim, cada um poderá avaliar por sua conta e risco se os fatos dizem alguma coisa ou fazem algum sentido.

Vários professores reclamaram da falta de equipamentos de apoio para as aulas ou que os equipamentos existentes não funcionam. Pelo menos dois me mostraram que trazem de casa aparelhos de DVD porque são essenciais para suas aulas. Os equipamentos do câmpus não funcionam porque os técnicos foram demitidos e falta manutenção. Quem tem consertado os monitores de TV e os aparelhos de vídeo é o faxineiro. No quarto e quinto andares, quem faz a manutenção e os consertos é o segurança, informa outra professora.

No encontro casual com o diretor de banco credor, longe do câmpus, o professor ouviu que todos os professores serão substituídos por outros – contratados por salários bem menores. A folha de pagamentos será reduzida pela metade. Outro professor garantiu que tudo será entregue para uma congregação com experiência em Educação.

Uma professora encaminhou programa de disciplina optativa para o 2º semestre, coincidentemente com a mesma proposta de outra professora do mesmo departamento. Alguém lembrou que já existia aquela proposta, e a interlocutora simplesmente respondeu que a outra professora não estará mais no 2º semestre, pois será demitida.

Professores nervosos com as reformas curriculares obrigatórias. Parecer elaborado por duas professoras foi totalmente alterado por uma outra professora que trabalha em instância superior e que não faz parte da comissão responsável. Projeto de novo curso é encaminhado para instância acadêmica sem indicação de proponente. Na correria não importa muito verificar conteúdo e relevância, apenas o cronograma.

Reclamações gerais sobre laboratórios defasados e sobre a falta de acesso dos alunos e professores às salas dos computadores. Tem sala com menos máquina que alunos. Tem aluno tentando usar a máquina e não consegue. Tem professor que tentou e não deixaram imprimir texto que seria usado em aula. Quase tudo acaba na Ouvidoria, que virou sinônimo de SAC e tem seu nome usado em vão o tempo todo, em qualquer conversa de corredor. Tem alguma reclamação, reclame na Ouvidoria!

Em pelo menos duas reuniões ouvi a mesma discussão entre dois professores. Um informou a existência de ratos no teto de sua sala. Pediu providências. O outro falou que não se tratava de ratos, mas sim de pombas, segundo havia sido informado oficialmente pelo pessoal da limpeza. O primeiro insistiu na versão dos ratos, pois correm e fazem barulho. Para comprovar, imitou o som do tropel dos ratos. O segundo professor não se convenceu, e teimou na versão das pombas, apesar do barulho dos ratos.

A dúvida continua: são ratos ou são pombas?

Hamilton Octavio de Souza,
Diretor da Apropuc.

Consun discute seu papel na universidade

As circunstâncias, as pautas e o público presente – quase todos os conselheiros e pouquíssimos observadores – indicavam a retomada das reuniões de caráter rotineiro do Conselho Universitário, não fosse o despertar de velhos e ferrenhos assuntos que acaloraram as discussões do dia 10/5.

Estava na pauta o Plano de Recuperação traçado pela Reitoria, a ser aplicado já a partir do semestre que vem, estabelecendo as diretrizes para implementação dos cursos tecnológicos e do novo câmpus Barueri; a política de bolsas, o vestibular de inverno e o novo orçamento compartilhado.

Prestes a iniciar-se a discussão da pauta, a conselheira Ana Bock declarou seu desconforto quanto a qualquer resolução do conselho sobre um Plano de Recuperação, apontando que se ignorava a situação pela qual passa a universidade, e que não é possível levar as coisas como se nada tivesse acontecido.

Após a intervenção da conselheira, uma ciranda de manifestações tomou conta da sessão. O conselheiro Dirceu de Mello foi o próximo. Concordou integralmente como as palavras da professora e, discorrendo sobre outras variações do mesmo tema, lembrou que, durante o período de caça às bruxas, houve o apadrinhamento de muitos professores que, por isso, tiveram suas demissões revertidas. A afirmação causou rebuliço, incomodando o conselheiro Carlos Eduardo Carvalho que, contra a maré, afirmou que “vários colegas meus estão animados com o futuro da

universidade, pois pela primeira vez vários problemas estão sendo realmente enfrentados”. Disse ainda que o Consun, ao invés de enfrentar realmente a pauta, abria a sessão lamentatória. “Eu não vou chorar, eu não vou lamentar”, concluiu o conselheiro.

“O que está faltando é pé no chão”

Antes mesmo da apresentação do novo Plano, a conselheira Madalena Peixoto questionou sua viabilidade. Observou que não existe ainda uma planilha definitiva, nem de déficit, nem de superávit, o que torna difícil o trabalho dos conselheiros e mais difícil ainda a certeza da viabilidade do projeto. “O que está faltando é pé no chão”, afirmou a conselheira. Disse ainda que nem mesmo a Unip, que é hoje a maior universidade do país, atinge um superávit capaz de zerar o déficit existente na PUC hoje.

A abordagem da pauta apenas avançou depois de muita discussão sobre o papel do Consun e da Reitoria durante o início deste ano letivo, mas muitos pontos ficaram para próxima sessão, que será no dia 17/5. Nesta reunião foi definida apenas a abertura de novas turmas para os cursos de Filosofia, Fonoaudiologia, Matemática, Administração – câmpus Santana – e Relações Internacionais. As datas para o vestibular de inverno, que será realizado em junho, ainda não foram definidas.

PUCviva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Coordenação: Valdir Mengardo. **Sub-editor:** Leandro Divera. **Reportagem:** Jaqueline Nikiforos. **Edição de arte, projeto gráfico e editoração eletrônica:** Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães. **Colaboraram nesta edição:** Marta Bispo da Cruz, Priscilla Cornalbas, Erson Martins de Oliveira, Hamilton Octavio de Souza, Anselmo Antonio da Silva, Maria Helena G. S. Borges. **Telefones da Apropuc:** 3670-8209 e 3872-2685. **Correio Eletrônico:** apropuc@uol.com.br. **Telefone da Afapuc:** 3670-8208. **Endereço do PUCviva:** Rua Cardoso de Almeida, 990 - Sala CA 02 - Corredor da Cardoso - São Paulo - SP. **Fone:** 3670-8004. **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCviva na Internet:** www.apropucsp.org.br.

PUC deve quase dois salários a seus docentes

A Reitoria anunciou, na semana passada, o repasse dos 4,27% referentes ao acordo coletivo de 2006 aos seus docentes. Nesta segunda-feira, de acordo com o comunicado, a PUC pagaria os valores que já deveriam estar incorporados aos salários de março e abril, sendo que o próximo pagamento incorporaria o valor reajustado.

A direção da universidade também divulgou um cronograma (já publicado em nosso número anterior) explicitando as formas de pagamento de algumas dívidas que vêm se arrastando desde 2003. A APROPUC já marcou uma reunião com a Vice-Reitoria Administrativa, pois entende que o comunicado deixa margem a várias dúvidas, e não contempla alguns pontos fundamentais referentes às dívidas dos professores.

Nesta página, reproduzimos as diversas dívidas que a PUC tem com os seus docentes e as formas de pagamento propostas na última semana.

Quanto a PUC deve aos seus docentes		
Dívida	Valores (em % sobre um salário docente)	Forma de pagamento proposta
Acordo Salarial de 2005 - A partir de maio de 2005 os professores deveriam ver incorporados aos seus salários 7,66%. A promessa era que, a partir de janeiro/2006, eles seriam pagos; porém, até agora, eles permanecem fora dos salários. Com a incorporação dos 4,27% sem a inclusão dos 7,66% de 2005 estes valores terão mais uma defasagem.	102,13%	Reajuste de 7,66% em três vezes de 2,49% sobre os salários de dezembro/06, janeiro e fevereiro/07. Pagamento das diferenças salariais (102,13%) em 12 parcelas sucessivas, com início em julho/2007
Acordo Salarial de 2004 - Entre março e dezembro de 2004 a PUC deixou de pagar 5,66% ao mês resultantes do acordo salarial daquele ano. Esse montante deveria começar a ser pago em janeiro/2006, mas isto não aconteceu.	74,68%	Cinco parcelas iguais, pagas em julho, agosto e outubro/06, e janeiro e fevereiro/07
Atrasos Salariais - A partir de maio de 2003, a PUC iniciou uma série de atrasos mensais de salários. A APROPUC e a Reitoria acordaram o pagamento de 12,1% de um salário, a título de correção. Deste total, cerca de 60% já foram pagos, restando portanto 40%.	4.9%	Dois parcelas nos salários de janeiro e fevereiro/07
Total	181,71%	

CONQUISTA

Sem-terra defende tese de doutorado na PUC-SP

Pela primeira vez na história do Brasil, um militante vindo de um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) torna-se doutor em Direito. José Juvelino Strozake, mais conhecido como Nei, defendeu sua tese *O acesso à terra e a Lei de Ação Civil Pública* na segunda-feira, 8 de maio, na PUC-SP.

Nei, como todos os trabalhadores e trabalhadoras rurais Sem Terra, ficou acampado à beira de estrada no município de Guaraniaçu, no oeste do Paraná, e em 1985 participou de ocupações na região. Logo após, aproveitou a oportunidade para estudar em um seminário de padres. Em 1989, veio para São Paulo e, três anos depois, começou a estudar direito na Unifio (Fundação e Instituto de Ensino de Osasco).

O advogado sem-terra assumiu em 1995 a coordenação do setor de direitos humanos do MST, que defende os trabalhadores do movimento perseguidos pela Justiça. Lá, percebeu que era preciso aprofundar o estudo

da legislação sobre a questão agrária brasileira e os movimentos sociais, e resolveu seguir os estudos. Em 2001, defendeu dissertação de mestrado sobre a função social da terra sob a ótica dos direitos difusos e coletivos, também na PUC-SP. Nei iniciou o doutorado em 2003. Sua tese procura construir um novo conceito jurídico na utilização da Ação Civil Pública, para pressionar o Estado a realizar a Reforma Agrária.

“Uma das prioridades no MST é a educação, e a conquista do título de doutor significa a realização dessa prioridade. O esforço para estudar e escrever a tese também demonstra que o movimento está preocupado com a elaboração de novos conceitos, cujo objetivo, entre outros, é tornar a ciência acessível aos movimentos sociais”, afirmou Nei, o primeiro doutor da história do MST, quando da defesa de sua tese.



Ao centro, José Juvelino Strozake, o primeiro doutor sem-terra

Funcionários da Graber denunciam condições de trabalho

O *PUCviva* foi procurado no início do mês por funcionários da Graber Sistemas de Segurança, que relataram alguns aspectos das condições de trabalho a que são submetidos. Algumas das denúncias já haviam sido encaminhadas à Ouvidoria, mas, de acordo com os trabalhadores, não surtiram efeito. Temendo represálias, eles solicitaram ao jornal completo anonimato.

A Graber vem sendo alvo de críticas de diversos setores da comunidade desde que foi contratada pela universidade, em janeiro de 2003, ainda na gestão do professor Antonio Carlos Ronca. Com a entrada da empresa, a vigilância por câmeras foi intensificada, o que gerou grande polêmica na época. Além disso, são frequentes os relatos sobre seguranças que acompanham reuniões de caráter político no câmpus Monte Alegre, repassando informações pelo rádio.

Mas o papel da Graber na PUC-SP tornou-se ainda mais central depois da demissão dos agentes de área da Segurança Comunitária, em fevereiro deste ano. Esses trabalhadores eram funcionários da própria universidade, e respondiam diretamente à Vice-Reitoria Comunitária. Depois da dissolução do setor – ocorrida após a intervenção da Fundação São Paulo –, suas funções foram assumidas pelos novos “inspetores de área” terceirizados, trabalhadores que integram o quadro da Graber, em sua maioria remanejados do Shopping Interlagos.

Entre os que já estavam na PUC-SP

quando foi extinta a Segurança Comunitária, ninguém foi aproveitado para as novas funções, fato que frustrou muitos funcionários da Graber. A recém-criada categoria tem remuneração de R\$ 900 por uma escala de oito horas de trabalho, valor que supera os salários dos atendentes e vigilantes que atuam na universidade (R\$ 480 e R\$ 780, respectivamente, pela mesma jornada).

De acordo com o chefe de operações da Graber na PUC-SP, Celso Saffiotte, tanto a Reitoria como a própria empresa estabelecem perfis de qualificação para cada uma das categorias – atendentes, vigilantes e inspetores de área. Ele afirma que havia, de fato, seguranças “puquianos” aptos a assumir as vagas, mas que todos eles declinaram o convite, por não considerarem vantajoso abrir mão das escalas e remunerações de que dispunham na ocasião.

Meia hora de almoço

A distribuição das horas de trabalho é outra reclamação dos funcionários. “Há escalas em que o segurança se vê obrigado a trabalhar doze horas ao dia, seis vezes por semana, com apenas meia hora de almoço”, diz um dos trabalhadores. O chefe de operações confirma a existência de escalas como essa, mas nunca com menos de uma hora para a refeição. Se-

gundo Celso, todas as horas que excedem a jornada normal são pagas corretamente, e nenhum funcionário cumpre escala diferente daquela que lhe foi informada no momento da contratação.

Os seguranças da Graber também relataram ao *PUCviva* uma confusão entre as funções de atendentes e vigilantes: de acordo com eles, funcionários de uma categoria são cotidianamente designados para as tarefas de outra, sem que sua remuneração seja alterada por isso. “A informação não procede”, rebate Celso, afirmando que o trabalho da Graber na PUC-SP é fiscalizado de quatro formas: por auditorias externas, pelo sindicato da categoria, pela própria empresa e até mesmo pela Polícia Federal.

Reitoria em silêncio

O *PUCviva* procurou a Reitoria para falar sobre o assunto, mas o vice-reitor comunitário João Décio Passos orientou nossa reportagem a tratar diretamente com a Graber. A vice-reitora adjunta, Celina Nasser, respondeu da mesma forma quando a Ouvidoria lhe informou sobre as denúncias. “APUC-SP não pode dar prosseguimento a estas questões. Apenas podemos sugerir que os trabalhadores recorram a seus fóruns legítimos para suas reivindicações”, escreveu a professora, em sua resposta.

ESTUDANTES

Negociação sobre bolsas não avança

Na quarta-feira da semana passada, 10/5, uma comissão de estudantes do Movimento por Bolsas voltou a se reunir com a Reitoria, com o intuito de iniciar o processo de negociação das reivindicações feitas pelo grupo.

Na reunião preparatória de 3/5, os estudantes haviam requisitado a presença do vice-reitor administrativo Flávio Saraiva e da professora Célia Forghieri, assessora

da Vice-Reitoria Comunitária. A solicitação não foi atendida, e nesse segundo encontro o anfitrião foi novamente o chefe de gabinete da Reitoria, Guilherme Simões. Como de costume, a postura do professor foi apenas informativa, sem oferecer margem alguma para negociação.

Sobre a abertura de edital para bolsas integrais doadas pela instituição, Guilherme acentuou a opção da Reitoria

expressa na política de bolsas: sabe-se da existência de um contingente de estudantes que tem como renda *per capita* familiar um valor muito menor do que o estabelecido no critério financeiro da política de bolsas – de até 3 salários mínimos –, mas a Reitoria optou pelas bolsas parciais – de 50 a 60% – porque estas abrangem um perfil de estudante representado em maior número.

Funcionários aprofundam discussão sobre gratuidades

Em reunião realizada na sexta-feira, 12/5, os funcionários administrativos discutiram com a Reitoria uma nova formulação da proposta esboçada anteriormente sobre as bolsas concedidas pelo Acordo Interno.

A Reitoria justificou a sua proposta alegando que será oferecida ao funcionário a possibilidade de ter uma formação acadêmica completa com uma bolsa na graduação, uma na pós, uma em cursos de Especialização e uma em Extensão. A direção da AFAPUC alegou que, pela Convenção Coletiva, o funcionário pode fazer mais de uma graduação, desde que não haja concomitância com duas bolsas concedidas a seus dependentes. Este, porém, não era o entendimento da Reitoria, que irá fazer consultas sobre a redação da Convenção Coletiva.

Para Anselmo Antonio da Silva, presidente da AFAPUC, a concessão de uma só bolsa durante toda a vida profissional do funcionário é um fator limitativo, pois, em determinados momentos, o funcionário pode ter outros horizontes profissionais e precisar fazer uma outra graduação. Tal en-

A proposta da Reitoria para gratuidades dos funcionários

PARA O TITULAR: fica garantido o direito de 1 bolsa integral em curso de pós-graduação strictu sensu (qualquer área) e 1 para curso de Especialização (lato sensu) ou em cursos de capacitação; uma bolsa para cursos de Extensão.

PARA DEPENDENTES LEGAIS: 2 bolsas nos cursos da Cogeae de 50% de desconto; limitadas a 20% das vagas oferecidas.

Será observado o mesmo critério de avaliação do rendimento acadêmico aplicado aos demais bolsistas da PUC-SP: ou seja, a exigência de 75% de aprovação para renovação da bolsa. Quem tiver índice de reprovação acima de 25% por mais de dois semestres consecutivos, sem justificativa aceita, terá a bolsa suspensa até que consiga aprovação nessa(s) disciplina(s).

Obs.: todos os direitos serão garantidos após o término de um período de 3 meses da data de contratação.

A Convenção Coletiva garante uma bolsa na graduação para os dependentes legais do funcionário

tendimento não era partilhado pela Reitoria. O chefe de gabinete Guilherme Simões chegou inclusive a qualificar a reivindicação como um “capricho” dos funcionários.

Também começaram a ser discutidos os critérios acadêmicos que deverão ser aplicados para a manutenção do benefício. Em prin-

cípio deverá ser aplicada a mesma sistemática estipulada para as bolsas-doação ou o ProUni, mas a Reitoria compromete-se a trazer para a próxima reunião um estudo detalhado tanto das normas de avaliação como do número de bolsas, e o desempenho dos funcionários e seus dependentes.

F U N C I O N Á R I O

Acompanhe as negociações do Acordo Interno pelo site da AFAPUC, agora com muito mais informação

www.afapuc.org.br

ASSEMBLÉIA DOS FUNCIONÁRIOS

16/5 - Terça-feira - 14h - sala 239

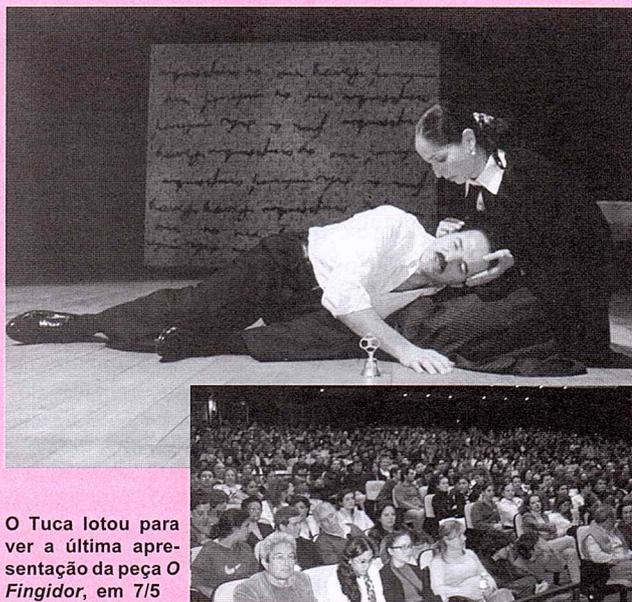
- Acordo Interno
- Quinquênios
- Eleições para os conselhos superiores

Rola na rampa

O Fingidor teve 7 mil espectadores

A última apresentação da peça *O Fingidor*, escrita e dirigida por Samir Yazbek, lotou o Tuca na noite de 7/5.

Durante as sete semanas em que ficou em cartaz, o espetáculo levou cerca de 7 mil pessoas à platéia do teatro. No elenco, Hélio Cícero, professor do curso de atores do Tuca, no papel de Fernando Pessoa, e Antonio Duran, ex-aluno do mesmo curso, interpretando Alberto Caieiro. A equipe de produção também contava com a ex-aluna de Artes do Corpo da PUC-SP Bruna Grassi. Para os organizadores do espetáculo, "O Fingidor é um exemplo de como uma peça consegue ser sucesso de público, sem apelar para a diluição, ou o popularesco".



O Tuca lotou para ver a última apresentação da peça *O Fingidor*, em 7/5

DIVULGAÇÃO

Conheça os novos componentes da Cipa

Treze candidatos disputaram na semana passada as sete vagas disponíveis na eleição da Cipa (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) no câmpus Monte Alegre. Os vencedores foram Levy Sampaio Nunes, da DRH (98 votos), Edna Ribeiro Viana, da Controladoria (96 votos), Regina Célia Ramalho Matos, da Psicologia (83 votos), Izabel Cristina da Sil-

va, do PAC (69 votos), Elisabete Cardoso Coelho, da Pós-Graduação (44 votos), Reynaldo Machado, da ARIL (36 votos) e Douglas da Silva Miotto, da Contabilidade (32 votos). Os quatro primeiros serão os titulares, e os demais tornar-se suplentes. Os eleitos passarão por 20 horas de treinamento antes de assumirem seus cargos. A posse acontece no dia 19/6.

Olho D'Água prepara mais um Caleidoscópio

"Retire suas jóias da gaveta" – este é o lema adotado pela Editora Olho D'Água na elaboração de mais uma antologia da série *Caleidoscópio*. Serão aceitos contos, crônicas, poemas e qualquer outro tipo de texto. A publicação é feita num sistema cooperativo: cada página tem um custo de R\$ 80, e em contrapartida o autor recebe quatro exemplares por página publicada. O prazo final para a entrega dos textos é 28 de julho. Informações: 3673-1287.

Teatro é o próximo tema da Cultura Crítica

Está em fase de elaboração o terceiro número da revista *Cultura Crítica*, da APROPUC. O tema da nova edição é o teatro. Até o final deste mês, ainda serão aceitos artigos para publicação, que devem ser enviados para o endereço apropuc@uol.com.br.

Professores de Jornalismo contra o Sinaes

Professores de cursos de Jornalismo de todo o país divulgaram na semana passada documento em que propõem a imediata suspensão do Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior). O pedido é resultado do 9.º Encontro do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo, realizado no final de abril, em Campos dos Goytacazes (RJ). O sistema atual de avaliação foi visto como inadequado pelos participantes

do encontro, que reivindicam uma mesa permanente de negociação para elaborar um novo processo avaliativo. A mesa seria composta por jornalistas e professores, junto com representantes do Ministério da Educação. O documento do Encontro também considera que o Jornalismo deve constituir graduação específica no ensino superior, ao invés de ser uma das habilitações oferecidas nos cursos de Comunicação Social.

Aulas de percussão com músico cubano

Vários membros ilustres da comunidade puquiana já estão frequentando as aulas do consagrado músico cubano Fernando González Hernández, que já trabalhou com diversos artistas internacionais. Fernando é especialista em técnicas de percussão voltadas aos ritmos de sua terra natal, e domina instrumentos como conga, timbales, tum-

badoras e mesmo bateria. As aulas acontecem em dois endereços: no estúdio *Todos os dias são bemóis*, ao lado da PUC-SP (Rua Franco da Rocha, 711, tel. 3865-3786) ou no *Turboig*, perto da estação Conceição do metrô (tel. 2275-2957). O próprio professor Fernando pode ser contatado pelos telefones 9314-6038 ou 9988-7074.